

O poder da OPEP e da Rússia na transição energética

A fragilidade da estratégia europeia e ocidental para a transição energética é preocupante, como mostra a enorme subida dos preços da energia nos últimos meses.

José Pedro Teixeira Fernandes | Público | 10 de novembro de 2021

1. A imagem de uma economia baseada nos combustíveis fósseis herdada do século XX está indissociavelmente ligada à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Fundada em 1960 pela Arábia Saudita, Iraque, Koweit, Irão e Venezuela teve nos anos 1970 um período de extraordinário de impacto internacional. No contexto da guerra israelo-árabe de Outubro de 1973, sob iniciativa da Arábia Saudita, foi efectuado um corte no abastecimento de petróleo aos Estados ocidentais próximos de Israel. Com essa medida radical, a OPEP mostrou um poder económico e político que poucos imaginavam na época, apanhando a generalidade do mundo de surpresa. O resultado foi o aumento de 400% nos preços do barril de petróleo com um enorme impacto negativo na economia do Ocidente industrializado e em todos os Estados dependentes dessa fonte de energia.

2. Meio século mais tarde a OPEP parecia estar numa longa e irreversível agonia. Na segunda década do século XXI, apesar dos seus esforços para continuar a controlar os mercados da energia, o seu poder esfumava-se o que obrigou a concertar preços com a Rússia e outros produtores importantes fora da organização (OPEP+). Nessa altura, os EUA voltavam a ter a maior produção mundial — algo que não acontecia desde os anos 1970 — devido às descobertas de novas reservas, ao petróleo de xisto (*shale oil*) e ao uso da técnica de fracturação hidráulica (*fracking*). Em seguida, numa ironia da natureza, um vírus desconhecido provocou uma pandemia que semi-paralisou a actividade económica mundial. No imediato, os produtores dos combustíveis fósseis, que tanto maltratam a natureza, foram as suas maiores vítimas económicas. Em Março de 2020 acontecia o que parecia ser o crepúsculo da OPEP: uma extraordinária queda do preço do barril de petróleo nos mercados mundiais para valores próximos dos 20 dólares. No meio dessa quebra espectacular da procura, a Arábia Saudita e a Rússia (que não é membro da OPEP) romperam o acordo anterior entrando numa competição ruinosa.

3. A história do poder da OPEP e da OPEP+ não acabou com a catástrofe dos preços de 2020, nem com os planos da União Europeia para reduzir drasticamente o uso dos combustíveis fósseis até 2050, no âmbito do *European Green Deal* e do Acordo de Paris (2015). Ao longo de 2021 ocorreu uma substancial subida dos preços da energia nos mercados mundiais mostrando como a ideia da “morte da OPEP” é largamente exagerada. Apanhou de surpresa todos os que estão empenhados na transformação para uma economia descarbonizada. A ideia de que uma rápida transição energética poderia ser feita sem sobressaltos económicos e políticos, mantendo, de forma constante, preços de energia razoáveis nos mercados é demasiado optimista. Foi subestimado o papel crucial que a OPEP, em particular a Arábia Saudita, e também a

Rússia irão ter durante a longa transição para uma economia descarbonizada, bem como a sua determinação em maximizar ganhos que compensem as perdas de riqueza e poder que terão mais à frente. No caso da Rússia, está determinada em manter-se incontornável no fornecimento de gás natural. Aposta no facto de ser a [energia fóssil](#) com menor impacto ambiental e na longa dependência que a maior potência industrial europeia — a Alemanha — terá do seu fornecimento através da [Gazprom](#) e do novo gasoduto [Nord Stream 2](#). A subida de preços, que a Rússia não impediu, é uma forma de pressão para a aprovação final do gasoduto do lado alemão.

4. No caso da OPEP, à primeira vista, o [World Oil Outlook 2045](#) parece mais um catálogo de desejos de produtores e exportadores de petróleo do que uma elaboração realista de cenários. Publicado antes da COP26, aponta para um estranho futuro onde a OPEP será ganhadora. No seu texto pode ler-se o seguinte: “Em 2020, o petróleo foi responsável por 30% das necessidades globais de energia. Juntamente com a recuperação da procura de petróleo pós-pandémica, a participação do petróleo deve aumentar gradualmente para um nível de mais de 31% até 2025” (p. 7). Na mesma análise prospectiva é traçado este cenário: “a procura de energia não-OCDE cresce ao longo do período da previsão, uma vez que as indústrias intensivas em energia da região florescem. Esse crescimento pode ser atribuído ao aumento da população e à expansão das economias, principalmente na Ásia, África e Oriente Médio. A redução do uso de energia nas regiões da OCDE é compensada pela procura de energia das regiões em desenvolvimento. O crescimento da energia da Índia deve ultrapassar o da China” num horizonte temporal até 2045 (p. 59).

5. Todavia, o cenário elaborado pela OPEP tem mais probabilidade de ocorrer do que poderíamos pensar. A organização antecipa, não sem fundamento face às tendências actuais, que a deslocação do centro da economia mundial para a Ásia-Pacífico — onde está a grande maioria da população e em crescimento — compensará, pelo menos durante duas décadas e meia, a sua perda de mercado no mundo desenvolvido tradicional, ou seja, na Europa, América e Japão. Ao mesmo tempo antecipa também que o desinvestimento e retirada da produção dos países ocidentais dos combustíveis fósseis — em particular no caso dos EUA pela sua tradicional centralidade nessa produção —, reforçará a sua quota mundial e o seu poder. Não é uma suposição absurda. Pelo contrário, tem plausibilidade pela complexidade e dificuldades de gestão deste período de transição num mundo extraordinariamente heterogéneo, onde as economias ocidentais perderão gradualmente influência e poder. Mostra também a vulnerabilidade do Ocidente durante a transição face aos produtores de energias fósseis. Para ser bem-sucedida necessitará, durante muito tempo, de usar complementarmente fontes de energia não renováveis pois só estas permitem um abastecimento sem falhas e a preços razoáveis. Mas ficará também exposto às estratégias de maximização de ganhos da Arábia Saudita, da Rússia e outros.

6. Como estamos a ver nesta altura, os momentos críticos ocorrem quando a procura de energia não pode ser satisfeita pela capacidade de produção de energias renováveis instalada e a capacidade adicional de produção baseada em combustíveis fósseis não

responde de imediato, pois foi descontinuada ou limitada. Os EUA mostram a situação paradoxal em que estamos. O actual Presidente norte-americano reassumiu (e bem) o comprometimento com os objectivos do Acordo de Paris. Em coerência, adoptou medidas para estimular as energias renováveis e desincentivar o investimento no sector petrolífero e do gás natural. Se as energias renováveis respondessem sempre ao aumento da procura de energia no mercado em similares quantidades e preços dos combustíveis fósseis, seria uma transição perfeita. Mas não é assim. Ao coarctar o investimento e as capacidades de produção dos seus próprios produtores de combustíveis fósseis, o resultado involuntário foi dar nova vida e poder à OPEP e à Rússia durante esta fase transitória, que não se obrigaram objectivos temporais e metas tão exigentes no âmbito do Acordo de Paris.

7. A fragilidade da estratégia europeia e ocidental para a transição energética é preocupante, como mostra a enorme subida dos preços da energia nos últimos meses. O que fez o Ocidente para tentar baixar os preços? Pediu à OPEP e à Rússia que aumentassem produção. A situação é irónica. Por um lado, desincentiva a produção de combustíveis fósseis pelas empresas ocidentais; por outro lado, pede à OPEP e à Rússia para fazerem o inverso, ou seja, que produzam mais de forma a reduzir os preços para os consumidores ocidentais. É uma abordagem moralmente dúbia (a mensagem implícita é esta: poluam o vosso ar e terra enquanto preservamos o nosso ambiente...); e é também estrategicamente incoerente expondo as vulnerabilidades durante a transição energética. Aumentou, como notado, o poder da OPEP — especialmente da Arábia Saudita — e da Rússia como reguladores do mercado de energia. A ser assim, só estes vão conservar a capacidade extrair petróleo e gás natural e da sua colocação num espaço curto no mercado para suprir o aumento da procura e reduzir preços. Apesar das crónicas divisões internas da organização, os países da OPEP e a Rússia já perceberam a oportunidade que vão ter de maximizar os ganhos, se coordenarem estratégias e preços. Não irão facilitar a vida ao Ocidente. Mas do que estava este à espera, quando os hostilizou nos últimos anos?

8. É inegável gravidade do problema ambiental e a urgência da actuação, mas há uma lição crua que não pode ser ignorada. A experiência política mostra que aquilo que faz revoltar a população e cair governos não são os problemas ambientais *per se*, mas o empobrecimento devido ao aumento dos custos de energia e de bens essenciais. Nenhuma sociedade desenvolvida funciona sem acesso a energia abundante a um custo acessível. Há por isso um problema geopolítico com [a transição energética na União Europeia](#) e EUA, cujo sucesso não depende só das medidas que os governos, as empresas e as sociedades adoptem. O Ocidente vai ter de fazer escolhas delicadas entre a energia fóssil que necessita a preços comportáveis para uma transição energética sem sobressaltos e aquilo que alguns dos seus fornecedores fundamentais — Arábia Saudita, Rússia e outros — vão querer em troca: fim de sanções económicas, concessões políticas em conflitos do seu interesse, etc. A grande questão é saber como poderá evitar enredar-se nesse *mix* tóxico.

<https://www.publico.pt/2021/11/10/mundo/analise/opec-russia-transicao-energetica-1984455>